

FILIAÇÕES ETNICO-POLÍTICAS NO CONGO-KINSASHA (1960) E RELAÇÕES COM OS EUA

Data de submissão: 09/06/2023

Data de aceite: 03/08/2023

Jenito Abreu João Faustino

Mestrando em ciências econômicas na Universidade Federal da Bahia, UFBA, Graduado em Relações Internacionais e Humanidades pela universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira UNILAB.

Cidade de Salvador, Bahia, Brasil
<https://lattes.cnpq.br/0700976658414984>

RESUMO : Este texto trata do olhar dos Estados Unidos sobre a formação do estado do Congo – República Democrática do Congo no período de 1960 e 1961 (crise do Congo), a partir dos principais movimentos pela independência, a MNC (Movimento Nacional Congolês) e a ABAKO (Aliance des bacongo). A presença dos Estados Unidos neste país intensificou as manifestações culturais e étnicas e qualificou a formação do Estado, a partir dessas categorias e sua proximidade com o a ideologia colonial e a cultura hegemônica ocidental. Em 1960 os Estados Unidos percebem que os partidos se direcionavam para a autodeterminação étnicas. Portanto, sem amadurecimento da estrutura política partidária nos moldes iluministas. A ABAKO representava os Bakongo, tinha sua sede em Kinshasa –

antiga Leopoldville, onde eram maioria. E o MNC era visto pela própria Organização da União Africana como aquele que tinha uma “personalidade africana”, por seu vínculo com o pan-africanismo de Nkrumah. A categoria étnica será elemento fundamental nas alianças partidárias, tanto na RDC, como nos países vizinhos, e também será utilizada como forma convencimento a filiações. A politização dessa realidade estava permeada de buscas pela garantia de apoio monetário e o intercâmbio diplomático fosse no primeiro 1º mundo, fosse no 2º. O esforço aparente dos EUA seria relevar um movimento estadista ou nas palavras deles adequada a “ideologia ocidental”. Na verdade, um processo de amadurecimento ideológico seria o grande concorrente às vésperas das primeiras eleições, que colocava um ou outro líder político em maior vantagem nessa relação diplomática. Essa abordagem apresenta a relevância cultural étnica despertado nas relações diplomática dos estados unidos com a RDC.

PALAVRAS-CHAVE: EUA. Bakongo. Política. República Democrática do Congo.

ETHNIC AND POLITICAL AFFILIATIONS IN CONGO-KINSASHA (1960) AND RELATIONS WITH THE USA

ABSTRACT: This text deals with the view of the United States on the formation of the state of Congo - Democratic Republic of Congo in the period of 1960 and 1961 (Congo crisis), from the main movements for independence, the MNC (Congolian National Movement) and the ABAKO (Aliance des bacongo). The presence of the United States in this country intensified cultural and ethnic manifestations and qualified the formation of the State, based on these categories and its proximity to colonial ideology and Western hegemonic culture. In the 1960s the United States realized that parties were moving towards ethnic self-determination. Therefore, without maturation of the political party structure along the lines of the Enlightenment. ABAKO represented the Bakongo, had its headquarters in Kinshasa – former Leopoldville, where they were the majority. And the MNC was seen by the Organization of the African Union itself as having an “African personality”, due to its link with Nkrumah’s pan-Africanism. The ethnic category will be a fundamental element in party alliances, both in the DRC and in neighboring countries, and will also be used as a form of convention of affiliations. The politicization of this reality was permeated with searches for the guarantee of electrical support and diplomatic exchange whether in the first 1st world or in the 2nd. The US’s apparent effort would be to lead a statist movement or in their appropriate words “Western ideology”. In fact, a process of ideological maturation would be the great competitor on the eve of the first elections, which placed one or another political leader at a greater advantage in this diplomatic relationship. This approach presents the strong tribal culture awakened in the United States’ diplomatic relations with the DRC.

KEYWORDS: USA. Bakongo. Policy. Democratic Republic of Congo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo vem contribuir para os estudos africanos na África central (Angola e República Democrática do Congo) com foco nas questões étnicas-culturais. As questões étnico-culturais são relevantes para a interpretação das formas de filiação partidária, diante da tensão política na década de 60, que cria de certa forma o ambiente político local e regional para disputas da Guerra Fria. As filiações partidárias, vinculadas a questões étnicas e culturais naquele momento na RDC é pensado a partir dos sentidos e significados do antigo o reino do Kongo; nesse caso, especificamente, a partir da visão dos EUA.

Esse artigo faz parte do projeto de pesquisa sobre “Usos e Sentidos do Kongo nos discursos nacionalistas da RDC e Angola”, coordenado pela Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra, que iniciou em janeiro de 2017, financiado pela Funcap. O objetivo do referido projeto é analisar os sentidos e significados sociais, culturais e políticos que permeiam um conjunto de produção semântica relacionada com as independências de Angola e RDC, tais como literatura, etnografia, história e documentação diplomática. Esse projeto está inserido nos estudos africanos do Grupo de Pesquisa “África Contemporânea”. Nesse âmbito, esse artigo é um braço do projeto coletivo e busca especificamente contribuir com a análise da situação política da RDC, desde a formação dos movimentos de libertação ABAKO

e a MNC, e sua relação diplomática com os Estados Unidos por meio da documentação disponível no *Office of the Historian*, site do Departamento dos Estados dos EUA que trabalha junto a outros departamentos de história do governo federal para pensar as suas políticas externas. O departamento salvaguarda e disponibiliza documentos oficiais sobre relações exteriores do país nos períodos de 1861 a 1988.

Esse escritório foi criado em 1789. Segundo o *Office of the Historian*, após a primeira e a segunda guerra mundial, o escritório se expande em responsabilidades globais, concernente ao terrorismo, à economia global e à segurança na presença americana no exterior. Prioritariamente, os Estados africanos recém independentes na década de 1960, caracterizaram-se como um grande foco do EUA por causa da disseminação ideológica capitalista, pauta do país em oposição ao eixo socialista.

BREVE CONSIDERAÇÃO TEÓRICAS SOBRE OS ESTUDOS AFRICANOS

O estudos da política africana apresentam uma diferença importante a nível dos paradigmas, muitas vezes se apresenta como conflitos da comunidade científica (Khun, 1960), da qual, alguns apontam problemas epistemológicos, uma vez que a evolução ontológica dos acontecimentos são díspares a todo o resto, de fato, os autores sugerem que os impactos da sociedade colonial na política em África têm sido reduzido a medida obsoleta.

Segundo o professor Carlos Lopes (2018), aponta pelo menos três paradigmas africanos de estudos políticos; primeiramente, temos o *paradigma das identidades sociais* - que ocupa o olhar teórico deste trabalho, sobre o qual os autores como, Onigu Otite (1990), Eghosa Osaghae (2001), Mahmood Mamdani (1996), and Archie Mafeje (1971, 1991), Peter Ekeh (2001) ocupam-se em estudar as identidades sociais locais, procuram questionar como as sociedades coloniais moldaram a política no continente, (Osaghae 2003: 3), segundo Peter Ekeh, “é para a experiência colonial que qualquer conceituação válida da natureza única da política africana deve olhar” (Ekeh 1975: 93), está abordagem é essencial para a nossa análise ao objeto desse trabalho, uma vez que permite investigar a dinâmica das sociedades em suas diversidade, voltaremos a este ponto.

O segundo paradigma consiste no advento da abordagem da economia política notadamente do marxistas (*marxismo africano*) que surgiram ao longo dos anos 60 e 70, os quais questionam como as forças imperialistas da acumulação do capital e produção nos centros capitalistas estariam conduzindo a criação de sistemas e regimes políticos em África, destacam-se aqui Samir Amin (1976, 1978), Walter Rodney (1972), Claude Ake (1981), Bade Onimode (1988), Nzongola-Ntalaja (1987), Peter Anyang' Nyong'o (1989), and Dani Nabudere (1978).

Por último o paradigma dos movimentos sociais, os quais colocados a parte dos sujeitos de direitos internacionais (Kwakwa, 1988), ganham preponderância em África, a

começar com o movimentos de libertação para as independências, e os atuais movimentos de-coloniais. Estes três paradigmas irão contra o ditame convencional da abordagem neo-patrimonilista, que segundo os quais simplifica os acontecimentos africanos em mera insuficiência das “elites” africanas de lidar com a máquina pública, envolvimento com vícios da corrupção ao clientelismo e o apelo ao paternalismo internacional.

SOBRE O PARADIGMA DA IDENTIDADE SOCIAIS

A teoria da mudança na identidade social, conforme apresenta por este paradigma sustenta que o colonialismo ao engendrar-se na sociedade, promove a existência e permanência de dois públicos – sem precedente na experiência política moderna, cada qual, com instituições e valores distintos, de fato, esta polarização justifica a manutenção e a natureza em si, do colonialismo, nestes termos, numa aparente mudança social, pode apenas ocorrer, *Ceteris Paribus*, uma *transformação para melhor se preservar*, aliás é a transição desse tipo, que vemos na proposta dos Estados Unidos ao tomar o lugar do antigo congo belga na sua influência política, embora garantindo os povos e étnicas locais uma transição possível, da esfera privada (filiações étnicas) para a esfera pública da política, os autores como Peter Ekeh, Mahmood Mandani, apontam que a diferença moral entre as duas esferas, numa sociedade colonial e pós colonial, se mantém como necessária, esta divisão quase maniqueísta é realizada a partir da ascensão do estado nação no final do século XIX, não pela força necessariamente, mas pela persuasão ideológica, o qual, enquanto tal, o nacionalismo imperial e colonial será a maior ideologia do estado moderno (West, 1999).

Peter Ekeh (1975) identifica que os dois públicos são resultados da *ideologia de legitimação colonial* que surge na era dos impérios entre 1885 a 1914, na medida em que surge uma grande classe média na Europa que vai se afirmar mais ideologicamente do que pela força no que concerne a colonização, o que significa não apenas maior expansão territorial mas maior afirmação ideológica na eminência do estado nação, como todas as presumíveis ideologias, estes novos mecanismos, ou como chama Ekeh, as ideologias de legitimação colonial, estarão a serviço das burguesias, tais mecanismos serão; as missões cristãs que irão levar o esforço do apagamento dos valores e crenças locais, também irão desenvolver os conflitos inter-étnicos e até intra-étnicos como investigou (Ajayi e Smith, 1956), a nível da administração local o custo e a formação educacional (com viés ocidental) para administração das colônias provinha dos países colonizadores, a demais a distinção entre nativo e ocidentalizado era uma necessidade do sistema colonial. (Ekeh, 1956), portanto a nova ideologia colonial propunha *definir e governar* (Mandani, 2012), para tal toda existência de organização social contrária ou anterior deveria ser evitada, a ideologia deveria fazer ênfase aos valores, monumentos e representações da “civilização”.

Estes mecanismo formaram duas sociedades em conflitos em uma sociedade

apenas, a burguesia africana, aparece como uma continuação da burguesia europeia, mas com algumas diferenças, no seu turno, seu poder não implica em si alguma autoridade, a despeito do neo-patrimonialismo, a noção de “elite” não lhe é conferido, uma vez que não goza de autonomia necessária de fato, a duplicidade da sociedade em duas esferas, chamadas por Ekeh de a primeira primordial, e segundo a sociedade civil, corresponde com a abordagem crítica de Mahmood Mandani (2012) sobre a sociedade de contrato e sociedade de costume, termos definidos por Henry Maine em sua antropologia jurídica. No Congo, como veremos, esta análise se faz mais do que necessária, considerando que não só a experiência do iniciada pela fundação do Congo belga em 1908, mas apuração ideológica que a região é submetida pelos Estados Unidos no pré independência segue uma linha similar a despeito de algumas diferenças importantes.

FILIAÇÕES PARTIDARIAS EM MEIO A GUERRA FRIA: A VISÃO DOS EUA

Os EUA reconheceram a independência do Congo em 30 de Junho de 1960, o período posterior foi de apuração da ideologia americana no Congo. O antigo Congo Belga havia posições diversas referendadas por 250 partidos políticos em 1960 com base em uma politização oriunda de agrupamentos étnicos e culturais. A documentação do Office of the Historian não poupa palavras para apresentar a crise do Congo a partir dos crivos étnicos como disputas internas. Nesse sentido, Thomaz Kanza, um dos fundadores da Alliance Bakongo – ABAKO, primeiro partido político da RDC, prefere não utilizar o termo crise do Congo, por se tratar de uma denominação externa dada para discriminar a situação política daqueles anos. Ele prefere substituir esse pseudônimo “crise do Congo” por Guerra Fria (KANZA, 2004, p. 17).

Os EUA não tinham o Congo como foco apenas na sua independência. O Congo foi propriedade da Bélgica durante o período de 1885-1960, dada a primeira expedição de Henry Stanley 1874, para garantir o espaço geográfico do Congo a pedido do rei Leopoldo II que criou o comitê de estudos do auto Congo . Para esse projeto Stanley iria prover a independência dos habitantes constituindo um Estado novo sob tutela econômica do comitê, para a delimitação regional do território a Bélgica teve o apoio dos Estados Unidos que instigou atrás do comitê executivo da Instituto Americano de Arquitetura – AIA – e o apoio do senado em 1884 (BRUNSCHWIG, 1971, p. 34).

Porém no âmbito internacional a África central tornou-se aglomeração de interesses das potências, que procuravam por sob sua “proteção” a desembocadura do rio Congo. Portugal, como o mais antigo influente na zona, se dizia aliado ao Reino do Kongo e reivindicava a área para ele. Nesse campo de batalha, a missão católica dos Franceses era intensa, os protestos dos Belgas aliados ao Estados Unidos também, o que levou a organização da Conferência de Berlim (1884-1885), que tinha como objetivo o reajuste das disputas europeias para estabelecer os territórios africanos a serem explorados. Ao fim da

Conferência se estabelece livre trânsito e comércio na bacia do Congo; no entanto, o rei Leopoldo II acabou ocupando o lado direito do rio. Segundo Adam Hoschild, “O testamento de Leopoldo tratava o Congo tão somente como mais uma grande propriedade imobiliária sua, totalmente despovoada e à disposição dos caprichos do dono.” (Nascimento, data, 2015, p. 1 apud. Hoschild, 1999, p. 242). Portugal se concentra em Luanda e Cabinda, por meio do trabalho forçado e dos contratos; nessas mesmas sub condições, conheceu-se um o fluxo entre os Bakongos, que saiam do norte de Angola e do Congo Belga para Cabinda.

Os eventos entre o período da conferência de Berlim aPrimeira guerra mundial, denominado como a *era dos impérios* (Hobsbawm, 1987)formaram-se burguesias na Europa, com milhares de indivíduos a atingir a classe média, foi também fecundo a consolidação do estado-nacionais que por si conscidia com a expansão de maior territórios coloniais e ainda mais importante, a expansão das *ideologias imperiais* em consentâneo com as *ideologias coloniais*, isto significou maior integração de nativos em administrações coloniais, permissão de aberturas de grêmios, associações, jornais e pequenos empreendimentos, assim como maior missões cristãs, os motivos e objetivos coloniais destes eventos, serviampara legitimar a ideologia colonial, (Ekeh, 1989) de igual modo, o período daSegunda Guerra Mundial (na qual participaram 600 congolenses), e a guerra Fria alteraram substancialmente a condição colonial no então Congo Belga. No plano interno algumas mudanças significativas na inclusão política dos nativos, só ocorreram a partir de 1956 com a abertura da primeira universidade em Lepoldville, a liberdade de criação de sindicatos em 1958, que abriram espaços formais para discussão política. A rigidez com que não houve educação para além da alfabetização para os nativos, e a impossibilidade de criação de associações de todo tipo, criou um Congo Belga deficiente de espaço laico para o debate. As associações étnicas de ajuda mútua durante toda a colonização foram os únicos espaços de socialização; os seminários de várias ordens, principalmente dos Jesuíticas, dominicanos e Sheuct eram os únicos caminhos para quem quisesse continuar os estudos do Liceu. Nesse contexto, a ABAKO foi em 1956 a pioneira em ter registro para funcionar sendo uma associação cultural e não étnica, ainda assim só pode se tornar partido político em 1958. O manifesto da Conscience Africaine alavancou a luta para a independência, surgiram inúmeros grupos religiosos, partidos políticos e associações, dos quais 60% eram africanos Bakongos (COVINGTON-WARD, 2011, p. 3). Nesse momento a ABAKO foi o principal representante político.

Com a liberdade de criação de partidos políticos, no âmbito interno da ainda colônia alguns outros líderes começaram a disputar poder na atual Kinshasa e em cidades importantes como Lubumbashi na província de Katanga, buscando suporte de grupos étnicos. No âmbito regional, se destaca a política nacionalista do Movimento Nacional Congolês – MNC, como inspiração no pan-africanismo. O MNC ganhou apoio na fronteira do Norte de Angola, por meio da Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA, também influenciada pelas ideias pan-africanistas. A aliança entre MNC e FNLA serviu como

estratégia para conseguir filiações dos Bakongos do Norte de Angola para a MNC na RDC, já que a ABAKO tinha um potencial, via língua e cultura de aglomerar os Bakongo fossem do próprio Congo e mesmo de Angola. O discurso da ABAKO tinha uma proposta regional e étnica que pretendia alcançar o bem estar dos povos Bakongos. Tal regionalismo não era característico apenas da ABAKO, mas também da CONAKAT, este último porém, de cunho separatista.

A CONAKAT pretendia a independência do estado da Katanga, para tal tinha o apoio militar da Bélgica com 600 militares belgas, reafirmando abertamente a continuidade da colonização. Moise Tshombe, líder da CONAKAT, descendente de Mwata Yamvo, fundador do Reino Lunda no século XVI, carregava consigo dois crivos de legitimidade política, fundador do partido e herdeiro de um reino. A província de Katanga é rica em recursos minerais e por isso era muito importante nas relações diplomáticas da RDC. O partido aderiu ainda a ideologia inter-racial para dar conta da relação com os Belgas que continuavam no poder da província. Os Katangueses expulsaram o povo do Kasai que tinham imigrado do norte da província vizinha, Província de Kasai oriental para trabalhar nas minas. As tensões étnicas no Katanga não se restringiam aos Lunda e Kasai, mas também entre Lubas e Lundas Com apoio Belga, os Lundas foram favorecidos e se mantiveram com o discurso separatista. (Kanza, 1988)

Outro partido importante, um dos poucos que não carregou em seu nome alguma referência étnica foi o Parti Solidaire Africaine – PSA – de Antoine Gizenga que se uniu aos dois movimentos da ABAKO e da MNC na véspera das eleições de 1959. O próprio MNC vai se dividir depois e constituir o MNC de Lumumba e o MNC de Kalonji. Ainda tinham muitos outros pequenos partidos que representavam suas etnias ou regiões, o do Kivu, os dos Bangalas, o dos Mongos. Mas os três principais partidos se dividiram em MNC centralista, a ABAKO federalista e a CONAKAT separatista. Diante dessa natureza ideológica, os outros partidos menores foram se alinhando as perspectivas centralistas ou federalista e menos ao separatismo da CONAKAT.

No panorama externo, a presença dos Estados Unidos é importante de ser vista a partir dessas tensões políticas do país, da dinâmica do próprio continente, mas também dentro do contexto da Guerra Fria.

Em 1958, realizou-se a Conferência de Acra na ex Costa do Ouro, atual e a partir de então Gana, que teve a participação de Estados africanos independentes: Etiópia, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão, República Árabe Unida, Tunísia; tiveram também presentes representantes da Frente Nacional da Argélia, e Patrice Emerick Lumumba pela MNC, e Hoden Roberto pela FNLA. Essa Conferência foi referência do e para movimento pan-africano em solo africano. Discutiu entre outras coisas as independências africanas em meio a Guerra Fria e a possibilidade do não alinhamento. A partir de 1958, é possível apreciar um envoltório internacional sobre o Congo Belga, países ocidentais, como os orientais procuravam contatos dentre os partidos políticos sem filiações étnicas, com ideais

mais próximos da ideologia do Estado Nação, no entanto não puderam evitar os partidos com seus discursos étnicos. É a partir desse momento de apuração ideológica que os Estados Unidos levam a cabo seus objetivos de direcionar o Congo para o capitalismo. (Office of historian, 1956)

O único consenso entre os partidos políticos era a independência, em 1959 uma comitiva de 10 membros dos partidos MNC, ABAKO e PSA foram convidados a Bruxelas. Nessa ocasião foi tirada a data do acordo da *Table Round* para janeiro do ano seguinte. Segundo Cleophas Kamitatus, os belgas esperavam uma divisão na comitiva por serem partidos diferentes e pelas filiações étnicas, mas aconteceu que os congolese estavam unidos em prol a independência, tanto que se solicitou a liberdade de Lumumba que estava preso (KAMITATU, 2004, p. 26). Segundo posição dos EUA sobre o evento, elaborada pela Cia, os objetivos seriam levar a eleição de um governo orientado ao ocidente, identificar, isolar e finalmente excluir grupos marxistas, verificou-se que os líderes utilizavam-se dos seguidores tribais, mas dada a fragmentação extraordinária que havia no Congo, o financiamento seria o primeiro passo para uma aliança com o ocidente.

Neste sentido o apoio seria concedido a maioria dos partidos, porém de forma limitada para alguns, como a MNC considerados pro-comunistas pelos contatos com a Guiné-Conacri e Gana e pelo compromisso pan-africano. Thomas Kanza, embaixador na ONU e ex-membro do governo de Lumumba lembra da dificuldade que os partidos tinham para suas campanhas, com exceção de Kamitatu que recorreu a Rússia e Gizenga que recorreu a Gana, Guine-Conacri e leste europeu, o restante dos partidos receberam apoio da Bélgica e dos Estados Unidos (KANZA, 2004, p. 56).

Do ponto de vista do Congo as filiações diversas fizeram mais sentido nas alianças durante a luta contra a Bélgica. Depois da independência essa luta passou a ser contra o comunismo, o que levou o Congo em direção da chamada crise do Congo, que durou pelo menos o ano de 1960 e 1961. O Caminho até a independência de 1960 e a chamada crise [política] do Congo teve antecedentes, a partir de alguns contatos externos ocidentais, relevantes para apurar as associações da política externa do recém estado independente. Em primeiro lugar entender a importância da posição geoestratégica do Congo, tanto para os EUA, quanto para outros países do continente, que esperaram por apoio a suas independências (o Congo foi palco estratégico tanto para o MPLA, como para a FNLA), como para a exploração de recursos minerais.

Segundo o Office of the historian um plano de ação no Congo seria o caminho para se estabelecer na África subsaariana. Durante a administração do Presidente Eisenhower, as filiações partidárias aos grupos étnicos não eram foco da política para o Congo, o objetivo era selecionar os grupos e identificar líderes particulares com vocação para o ocidente (1960). Segundo Lawrence Devlin, (2004) chefe da estação da CIA no Congo em 1960, os Estados Unidos atuariam sob a unificação do Congo, numa visita de Kasavubu ao consulado dos EUA em Leopoldville no sábado, 20 de junho de 1959. Os EUA chegaram a

pensar na proposta federalista de Kasavubu de instituir um possível estado no Baixo Congo, face a demora da Bélgica em conceder a independência ao Congo somente para daquele momento mais 4 anos ou ainda mais 30 anos .No Congo houveram inúmeras prisões de líderes nacionalistas, ao mesmo tempo que organizações étnicas se posicionaram a favor da luta para a independência fundando partidos. Enquanto isso a Bélgica e os Estados Unidos negociavam as condições para a independência do Congo.

Na véspera da independência os partidos se definiam em federalistas ou unitaristas, tribalistas ou nacionalistas. A partir da geopolítica de recursos naturais, a tendência concentrar esforços em Katanga que despertava interesse dos Belgas e EUA. Esses não viam a mesma riqueza na questão do Baixo-Congo. A autonomia do Baixo Congo, para o qual a França tinha interesses via contatos com a ABAKO não causava euforia internacional. Nas palavras de Thomaz Kanza:

“Os belgas conheciam e os americanos também sabiam que o Baixo Congo não era tão rico quanto Katanga no que diz respeito aos minerais, especialmente [como resultado de] sua presença na barragem de Inga Dam” (KANZA, 2004, p. 30).

Para Kanza, a crise de 1960 vai se dar pelo fato de que os políticos congolenses não tinham muito conhecimento sobre as posições possíveis de ser tomada dentro do contexto da Guerra Fria. Os nacionalistas e os grupos políticos do Congo, recém independente, eram na sua maioria jovens, com um país novo a ser construído, sem recursos humanos qualificados para a administração, com apenas 30 graduados, inexperiência também militar e na geopolítica internacional.

Após a independência do Congo, o país se encere num internacionalismo realista onde o Estado é o principal ator da sociedade internacional, onde o Estado deve ser nutrido de segurança e soberania. Dessa forma, para o Congo Belga foi necessário que o EUA lesse as organizações étnicas como uma estratégia geopolítica. É possível fazer um paralelo com a maneira como o rei Leopold II protegeu de outras potencias internacionais a área que pretendia que fosse da Bélgica no período da conquista. Se verifica seu discurso:

“O Rei, como particular, deseja somente possuir propriedades na África. A Bélgica não quer nem colônias, nem territórios. Cumpre, portanto, que Stanley compre ou obtenha territórios, atraia para lá habitantes e proclame a independência dessas aglomerações sob a descrição do bom consentimento do comitê” (BRUNSCHWING, 1971, p. 31 apud. ROEYKENS, 1954, p. 397).

Esse discurso em que o rei da Bélgica se protege e protege suas intensões com o território congolês da pressão internacional é próximo ao discurso construído pelos Estados Unidos no período pré-independência para dar conta das demandas étnicas que começam a ter ascensão política no Congo e da pressão de outros países como Bélgica e Rússia.

Apesar do medo dos EUA, do contato dos congolezes com a URSS, os únicos contatos com o grupos orientais no Congo eram feitos por meio dos consulados da

Checoslováquia e Iugoslávia. Segundo Jean Omasombo (2004, p. 43) até 1959, 60% dos partidos eram pagos pelo serviço secreto Belga, que já funcionavam a par dos Estados Unidos.

O diferencial da ação dos EUA sobre o Congo após a independência, com Kennedy, foi a concorrência com o bloco comunista. Um interessante estudo apontará repensar de como dos Estados Unidos poderiam lidar com os grupos étnicos e suas filiações partidárias para construir um Estado de bases ocidentais. O governo ditatorial de Mobutu e antes o de Adoula, pós crise do Congo, foi resultado do ocidente, que se representa unitariamente todos os grupos e filiações, a despeito da dinâmica própria das filiações do Congo, fossem cultural, políticas ou étnicas. Nesses governos se verifica a disseminação ideológica norte-americana, permeada em apoios à política e à segurança militar, que entre 1960-1968 totalizou um orçamento 11,702,000 USD .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos Estados Unidos na África negra, a partir do Congo Belga intensificou a atividade política no país. A construção de um Estado com divisões étnicas definidas passou a ser foco, a partir de 1958, da esfera internacional. A acirrada Guerra Fria foi um dos motivos que levou a crise política do Congo em 1960. No período da independência, os Estados Unidos operavam conjuntamente com Bélgica, para acalmar as tensões políticas e aspirações étnicas culturais; e, conseqüentemente, extrair aliados com disposições ocidentais. Se a Conferência de Berlim evidencia a geoestratégica das potências na África central, a instalação da OTAN e o pato de Varsóvia (1955), levou, conseqüentemente, a construção do estado Congolês a partir de crivos ideológicos capitalista, dos quais não conseguiram escapar, o que desorientou os princípios longínquos de lutas, afirmações culturais, usos e sentidos ininterruptos das raízes africanas. Futuros trabalhos irão desenvolver informações de como tais variações estão atualmente com a volta constantes de conflitos locais mais belicosos, assim como a construção do estado da República Democrática do Congo, pós que como todo estado está em construção constante, mas em todo caso assim se sucede para cumprir as promessas iniciais donascimento do dito estado, por isso é esse trabalho será referência para estudos vindouros para a política em na RDC e região da África central.

REFERÊNCIAS

OFFICE OF THE HISTORIAN, Foreign relations of the Unite States, Eseinhower administration, África volume XIV, Congo 1958-1960.

KANZA, Thomas; KAMITATU Cleophas; OMASOMBO, Jean. The Woodrow Wilson International Center for Scholars, Setembro, 2004.

COVINGTON-WARD, Yolanda. Joseph Kasa-Vubu, ABAKO, and Performances of Kongo Nationalism in the Independence of Congo. *Journal of Black Studies* published online 3 October 2011.

NASCIMENTO, Evelyn da Rosa. O manifesto da ABAKO e o movimento de independência no Congo (RDC), 1956-1960. XXVIII Simpósio nacional de história, Florianópolis, 31 de julho de 2015.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. Paris: Flammarion, 1971.

FIGUEIREDO, Fabio Baqueiro. Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o Departamento de Estado Norte-Americano e os Movimentos Nacionalistas Angolanos, 1960-1961, *Afro-Ásia*, 38 (2008).

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

SILVA, Igor Castellano da. *Guerra e construção de Estado na República democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz*. Dissertação defendida no programa de pós-graduação em ciências políticas, Universidade federal do rio Grande do SUL (UFRGS), Porto Alegre/RS, março de 2011